

Observatório ABC



Análise dos Recursos do Programa ABC Safrá 2016/17

Observatório do Plano ABC
(Contribuição para a NDC e Capacita ABC)



RELATÓRIO COMPLETO

Setembro de 2017





PROJETO

Observatório ABC

APOIO

Aliança pelo Clima e Uso da Terra (CLUA)

ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Fundação Getulio Vargas (FGV)

Centro de Agronegócio (GV Agro), Escola de Economia de São Paulo (EESP)

COORDENAÇÃO DO GV AGRO

Roberto Rodrigues

COORDENAÇÃO DO PROJETO

Angelo Costa Gurgel

Cecília Fagan Costa

ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL PELO ESTUDO

Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (GVces)

COORDENAÇÃO DO ESTUDO

Mario Monzoni

EQUIPE TÉCNICA DO ESTUDO

Annelise Vendramini

Fernanda Casagrande Rocha

Paula Peirão

EDIÇÃO DO SUMÁRIO: Maura Campanili

REVISÃO DE TEXTO: Alexandre Sobreiro

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Alexandre Monteiro

Setembro de 2017

VEJA O ESTUDO EM: <http://observatorioabc.com.br/publicacoes>



Alf Ribeiro / Shutterstock.com



SUMÁRIO EXECUTIVO

Este relatório faz parte de uma série de publicações anuais do Observatório do Plano ABC com o objetivo de acompanhar e monitorar o Programa ABC, principal linha de crédito para o financiamento da agricultura de baixa emissão de carbono no Brasil. Ele apresenta dados referentes ao período do ano-safra 2016/17 (de julho de 2016 a junho de 2017). Os dados utilizados são oriundos do Banco Central do Brasil (BACEN), com o qual o Observatório ABC possui uma parceria de compartilhamento da base do Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor). Os principais destaques sobre o desempenho do Programa ABC na safra 2016/17 foram:

- Na safra 2016/17, foram disponibilizados R\$ 2,9 bilhões para o Programa ABC, em comparação a R\$ 3 bilhões no período anterior.
- Foi contratado R\$ 1,81 bilhão pelos produtores rurais, 63% do total ofertado pelo Plano Agrícola e Pecuário (PAP) no período. Na safra 2012/13, o Programa ABC chegou a atingir um resultado de execução de 90%, o melhor resultado desde o seu lançamento.
- O número de contratos aprovados durante a safra 2016/17 foi de 4.559, uma queda de 28% em relação à safra anterior, que teve 6.353 operações contratadas. O valor médio dos contratos aumentou, indicando que menos produtores rurais conseguiram acesso aos recursos.
- Pela primeira vez, os valores contratados via bancos credenciados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) superaram o valor repassado diretamente pelo Banco do Brasil (BB). Foram contratados R\$ 814,77 milhões via BB (44,9%), R\$ 816,19 milhões via BNDES (45,0%) e R\$ 183,99 milhões por meio do Banco da Amazônia (BASA) (10,1%). O BB continua sendo um importante agente repassador do Programa ABC, mas, na safra 2016/17, atuou amplamente como repassador de recursos do BNDES.
- As regiões Centro-Oeste e Sudeste continuam sendo as que mais captaram recursos do Programa ABC, com 31,0% e 22,7% do total contratado, respectivamente. A região Norte é a que mais tem ganhado participação, passando de 9,6%, em 2014/15, para 19,5%, em 2016/17.
- Goiás foi o estado que mais contratou recursos do Programa ABC pelo segundo ano consecutivo, com R\$ 288 milhões, seguido por Minas Gerais, com R\$ 224 milhões. Tocantins também se destacou, com R\$ 176 milhões, ocupando o terceiro lugar.

- A principal finalidade de investimento continua sendo a recuperação de pastagens (ABC Recuperação), com 61% dos recursos contratados (R\$ 1,104 bilhão). Em segundo lugar, com 23% do total e R\$ 423 milhões contratados, está o destino dos recursos para atividades de plantio direto, tecnologia já bastante consolidada no Brasil. As atividades de sistemas integrados de produção (iLPF) e florestas plantadas contaram com 7% e 6% do total contratado, respectivamente.

O Programa ABC possui potencial para contribuir com o atingimento das metas ambientais do Acordo de Paris (as Contribuições Nacionalmente Determinadas – NDCs). Seu papel é especialmente relevante, já que o Brasil apresentou metas não condicionadas ao recebimento de recursos internacionais, o que justifica ainda mais a necessidade de seu fortalecimento e alinhamento aos objetivos de mitigação de emissões de gases do efeito estufa (GEE).

INTRODUÇÃO

O Observatório do Plano ABC possui como principal objetivo engajar os diferentes setores da sociedade brasileira na transição para uma agricultura de baixa emissão de carbono, monitorando as ações do Plano e do Programa ABC e desenvolvendo estudos técnicos para subsidiar e facilitar o diálogo com *stakeholders*. Por sua vez, o Plano ABC prevê o desenvolvimento do setor agropecuário com base na baixa emissão de carbono na atmosfera, apontando uma série de alternativas produtivas e tecnológicas para o produtor rural brasileiro. Configura-se como um dos nove planos setoriais com diretrizes para que o Brasil atenda o compromisso de mitigação de suas emissões de gases do efeito estufa (GEE). O Programa ABC, objeto de análise deste relatório, é a linha de crédito associada ao Plano ABC oferecida ao produtor que desejar incorporar em sua propriedade as tecnologias de produção menos emissoras de GEE.

Este relatório compõe uma série de publicações anuais com o objetivo de acompanhar e monitorar o Programa ABC, principal linha de crédito para o financiamento da agricultura de baixa emissão de carbono no Brasil. Primeiramente, é apresentado um breve histórico do Programa ABC e é apontada sua contribuição para o financiamento das metas internacionalmente assumidas no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Posteriormente, o relatório apresenta a atualização do desempenho (contratação) do Programa ABC referente ao período do ano-safra 2016/17 (de julho de 2016 a junho de 2017), apresentando os dados desagregados por linha de financiamento, base estadual e fonte dos recursos desembolsados.

Os dados utilizados para as análises são oriundos do Banco Central do Brasil (BACEN), com o qual o Observatório ABC estabeleceu uma parceria de compartilhamento da base do Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor), que agrega as operações de crédito rural no Brasil. Vale ressaltar que as informações do Sicor não são estáticas: as instituições financeiras possuem autonomia para alterar ou excluir operações de crédito em prazo determinado, conforme descrito no Manual de Crédito Rural (MCR). Com isso, a soma dos dados mensalmente reportados pelo BACEN é ligeiramente distinta do valor total informado, acumulado no período. Os dados deste relatório são produto das somas mensais, que possibilitam análises mais detalhadas.

O primeiro capítulo deste relatório apresenta um histórico do Programa ABC, as condições de financiamento e as regras desde a sua concepção até a safra 2016/17, apontando, também, o papel do Programa ABC frente ao atingimento das metas ambientais internacionalmente assumidas (as Contribuições Nacionalmente Determinadas – NDCs). O segundo capítulo expõe os principais

resultados do desembolso do Programa ABC na safra 2016/17 e sua comparação com as safras anteriores. Por último, são apresentadas considerações finais.

HISTÓRICO DO PROGRAMA ABC

O Programa ABC teve a sua origem pautada pelas discussões sobre as mudanças climáticas. O debate foi estruturado por meio de um processo mundial liderado pelas Nações Unidas, tendo seu primeiro grande marco em junho de 1992, na Cúpula da Terra do Rio de Janeiro, quando se estabeleceu a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Esta consiste em um tratado internacional adotado para lidar com as mudanças climáticas e compromete as partes da Convenção a estabilizarem as concentrações de GEE na atmosfera em um nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático. Para isso, foram definidos compromissos e obrigações para todos os países-membros da Convenção, seguindo o princípio das “responsabilidades comuns, mas diferenciadas”. Este princípio considera a contribuição histórica superior para emissões de GEE na atmosfera por parte dos países desenvolvidos em comparação com os em desenvolvimento. O Brasil foi o primeiro país a assinar essa Convenção, que entrou em vigor em 1994, ao ser aprovada e ratificada pelo Congresso Nacional.

Paralelamente às discussões e às negociações em âmbito internacional, o Brasil avançava no estabelecimento de uma política nacional climática que abrange diversos setores. O ano de 2009 foi especialmente importante para o Brasil, quando o País aumentou a sua ofensiva para mudar a posição brasileira nas negociações internacionais. Durante a COP-15, realizada em Copenhague (na Dinamarca), o Brasil assumiu o compromisso voluntário de redução de suas emissões de GEE entre 36,1% e 38,9% com referência às emissões projetadas até 2020. A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei nº 12.187/2009 (regulamentada com o Decreto nº 7.390/2010), trata do objetivo de garantir que os desenvolvimentos econômico e social estejam alinhados à proteção do sistema climático global.

Para auxiliar no alcance da meta estipulada e no compromisso assumido internacionalmente, a Lei em questão estabeleceu o desenvolvimento de Planos Setoriais de mitigação e adaptação à mudança do clima para a consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono. Assim, os Planos Setoriais devem estabelecer ações, indicadores e metas específicas de redução de emissões, bem como os mecanismos para a verificação do seu cumprimento.

Um dentre os seis Planos Setoriais estabelecidos pela PNMC foi o Plano ABC – Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura. Possui especial relevância por o setor de agropecuária ser fortemente impactado pelas mudanças climáticas e, ao mesmo tempo, ser grande emissor de GEE, provenientes principalmente da fermentação entérica, do manejo de dejetos dos animais e da aplicação de fertilizantes nitrogenados. De acordo com a 3ª Comunicação Nacional do Brasil à UNFCCC, de 2010, o setor agropecuário representa 35% das emissões totais do Brasil. A abrangência do Plano ABC é nacional, e o seu período de vigência é de 2010 a 2020.

O objetivo do Plano ABC consiste na redução das emissões de GEE das atividades agropecuárias simultaneamente a uma transformação destas atividades em mais modernas e mais competitivas. Além disso, o Plano ABC prevê, também, um programa voltado para atividades de adaptação às mudanças do clima.

No âmbito da mitigação de GEE no setor, o Plano incentiva a adoção de determinadas tecnologias de baixa emissão de GEE no campo (testadas e validadas cientificamente pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa), por meio de sete subprogramas. A lista a seguir indica os outros seis subprogramas, que possuem objetivos específicos:

- ABC Recuperação: recuperação de 15,0 milhões de hectares de pastagens degradadas;
- ABC Integração: ampliação da adoção de sistemas de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) em 4,0 milhões de hectares;
- ABC Plantio Direto: expansão da adoção do Sistema Plantio Direto (SPD) em 8,0 milhões de hectares;
- ABC Fixação: expansão da adoção da Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN) em 5,5 milhões de hectares de áreas de cultivo, em substituição ao uso de fertilizantes nitrogenados;
- ABC Florestas: expansão do plantio de florestas em 3,0 milhões de hectares;
- ABC Dejetos: ampliação do uso de tecnologias para tratamento de 4,4 milhões de metros cúbicos de dejetos animais.

Para viabilizar o cumprimento destes objetivos específicos, o Plano ABC estimou que são necessários recursos na ordem de R\$ 197 bilhões, financiados com fontes orçamentárias e por meio de linhas de crédito. Deste total, estima-se que R\$ 157 bilhões seriam recursos disponibilizados via crédito rural para financiar as atividades necessárias ao alcance das metas de cada programa. Está previsto que a aplicação desse recurso acarretará despesa adicional de R\$ 33 bilhões em forma de equalização de taxas pelo Tesouro Nacional.

É nesse contexto que nasceu o Programa ABC, a principal linha de crédito para o financiamento dos objetivos traçados pelo Plano ABC. Tendo seu primeiro ano operativo no período-safra 2010/11, foi aprovado por meio da Resolução BACEN nº 3.896, de 17 de agosto de 2010, e tem sido, desde então, incluído nos Planos Agrícolas e Pecuários (PAPs) anualmente como uma linha de investimento.

MODELO OPERATIVO DO PROGRAMA ABC

Ao início de cada ano-safra, o governo federal estabelece o montante de recursos a ser disponibilizado aos produtores rurais, com taxas de juros mais atrativas ao crédito rural, equalizadas pelo Tesouro Nacional. Os prazos e as carências para o pagamento das operações são alinhados às atividades financiadas, podendo chegar a quinze anos de prazo e oito anos de carência. O modelo de operação do Programa ABC estabelece como agentes desembolsadores dos recursos o Banco do Brasil (BB) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), este último por meio de bancos credenciados em sistema de operações indiretas.

Vale ressaltar que, no momento de criação do Programa ABC, o BNDES foi a única instituição designada para operá-lo. Porém, na safra 2011/12, o BB ficou também autorizado pelo governo federal a desembolsar recursos do Programa ABC, utilizando como fonte de recursos a Poupança Rural e recebendo equalização de juros pelo Tesouro Nacional diretamente. Além disso, os gestores dos fundos constitucionais, principalmente os Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste

e do Norte (FCO e FNO), passaram a reportar operações via Programa ABC, enquadrando projetos no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) aos objetivos do Programa ABC. A inclusão dos fundos constitucionais e, principalmente, da Poupança Rural do BB permitiu o aumento do desembolso do Programa.

Para garantir o cumprimento do principal objetivo do Programa ABC – a redução de emissões de GEE na atmosfera –, o produtor rural deve apresentar ao agente financeiro um projeto técnico passível de avaliação. O projeto deve ser elaborado de modo a permitir o enquadramento dos itens financiáveis aos objetivos de investimento elencados no Programa ABC. Esse aspecto representa uma inovação na história do crédito rural brasileiro, já que as demais linhas de crédito são orientadas apenas por itens financiáveis, enquanto, no Programa ABC, os itens devem estar relacionados de modo que o objetivo ambiental seja assegurado.

Alinhadamente aos objetivos preconizados no Plano ABC, a lista a seguir mostra as atividades que podem ser enquadradas no Programa ABC e receber o financiamento.

- ABC Recuperação: financia a implantação de sistemas que recuperam a capacidade produtiva das pastagens degradadas com o incremento na produção de biomassa vegetal das espécies forrageiras e seu manejo racional;
- ABC Plantio Direto: financia sistema de produção baseado na manutenção dos resíduos vegetais sobre a superfície do solo, na eliminação das operações de preparo do solo e na adoção de rotação das culturas;
- ABC Integração: financia sistema de produção que integra atividades agrícolas, pecuárias e florestais realizadas na mesma área em cultivo consorciado, em sucessão ou rotacionado;
- ABC Fixação: financia o uso de microrganismos capazes de transformar o nitrogênio atmosférico em forma nitrogenada prontamente assimilável pelas plantas e por outros organismos, reduzindo o uso de fertilizantes;
- ABC Florestas: financia a produção de florestas plantadas para fins econômicos, principalmente com espécies de eucalipto e pinus;
- ABC Ambiental: financia projetos de adequação ambiental e recomposição de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais (RLs);
- ABC Dejetos: financia a implantação de projetos de tratamento de efluentes e dejetos animais, contribuindo para a redução de metano na atmosfera.

No decorrer dos anos, o governo federal comunicou a inclusão de atividades adicionais como medidas de atendimento urgente ou fomento a novas atividades, tais como o financiamento de orizicultura, a produção de dendê, a produção de produtos orgânicos e, recentemente, o estímulo à produção de açaí. Vale notar que estas técnicas não estão descritas no Plano ABC e receberam recursos pouco representativos em comparação com as demais. Porém, para o cumprimento do Plano e do Programa ABC em sua integralidade, é importante assegurar que todas as tecnologias financiadas sejam comprovadamente redutoras de emissões de GEE.

A Tabela 1, a seguir, apresenta as condições de financiamento do Programa ABC por ano-safra, desde a sua concepção até o ano-safra vigente.

TABELA 1. CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO DO PROGRAMA ABC POR ANO-SAFRA

ANO-SAFRA	TAXA DE JUROS	LIMITE DE CRÉDITO (R\$)	PRAZO MÁXIMO	CARÊNCIA
2010/11	5,5% a.a.	1,0 milhão	12 anos	3 anos
2011/12	5,5% a.a.	1,0 milhão	Até 15 anos	Até 8 anos
2012/13	5,0% a.a.	1,0 milhão	Até 15 anos	Até 6 anos
2013/14	5,0% a.a.	1,0 milhão ou 3,0 milhões para plantio comercial de florestas	Até 15 anos	Até 6 anos
2014/15	5,0% a.a. ou 4,5% a.a. para médio produtor	2,0 milhões ou 3,0 milhões para plantio comercial de florestas	Até 15 anos	Até 8 anos
2015/16	8,0% a.a. ou 7,5% a.a. para médio produtor	2,0 milhões. Para plantio comercial de florestas: 3,0 milhões (até 15 módulos fiscais); e 5,0 milhões (acima de 15 módulos fiscais)	Até 15 anos	De 3 a 8 anos
2016/17	8,0% a.a. ou 8,5% a.a.	2,2 milhões ou 3,0 milhões para plantio de florestas (até 15 módulos fiscais) e R\$ 5,0 milhões (acima de 15 módulos fiscais)	Até 15 anos	De 3 a 8 anos
2017/18	7,5% a.a.	R\$ 2,2 milhões ou R\$ 3,0 milhões para plantio de florestas (até 15 módulos fiscais) e R\$ 5,0 milhões (acima de 15 módulos fiscais)	Até 12 anos	De 3 a 8 anos

Fonte: elaboração própria a partir de dados do PAP (2010-2011, 2011-2012, 2012-2013, 2013-2014, 2014-2015, 2015-2016, 2016-2017 e 2017-2018)

É importante mencionar que as condições de operação estabelecidas anualmente para o Programa ABC são influenciadas pela conjuntura econômica. Nota-se, portanto, aumento das taxas de juros estabelecidas, o que, ao mesmo tempo em que diminui a atratividade da linha de crédito, está atrelado à subida da taxa básica da economia (Selic). O capítulo “Fechamento da safra 2016/17” detalhará os principais resultados do Programa ABC e a sua relação com a conjuntura econômica.

O PROGRAMA ABC E A NDC BRASILEIRA

Após anos de intensas negociações em âmbito internacional para limitar as emissões de GEE causadoras das mudanças climáticas, o consenso entre os 195 países-membros da UNFCCC foi atingido em 2015. A COP-21, realizada em dezembro de 2015, aprovou o Acordo de Paris, sinalizando o compromisso dos países em combaterem as mudanças climáticas e se adaptarem aos seus efeitos. Após o período de ratificação do Acordo pelos países, cumprindo a exigência de ele ser ratificado por 55 Estados-membros e englobar 55% das emissões globais, o Acordo de Paris entrou em vigor no plano internacional em 4 de novembro de 2016.

Os objetivos centrais do Acordo de Paris são fortalecer a resposta global à ameaça das mudanças climáticas, mantendo o aumento da temperatura global neste século abaixo de 2 °C, com referência aos níveis pré-industriais, e buscar esforços adicionais para limitar o aumento da temperatura a até 1,5 °C. Além disso, o Acordo visa fortalecer a capacidade dos países para lidarem com os impactos das mudanças climáticas. Ele exige que todos os países-membros apresentem as suas metas individuais por meio das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e fortaleçam esses esforços comunicando uma NDC atualizada a cada cinco anos. Além disso, o Acordo requer que todas as partes informem regularmente comunicações sobre as suas emissões e sobre os seus esforços de implementação.

As NDCs assumidas por cada país são regidas pelo artigo 4º do Acordo, e cada parte da UNFCCC tem a obrigação de comunicar uma NDC. Durante a COP-21, os países comunicaram as suas NDCs pretendidas, ou iNDCs, que, após o depósito do instrumento de ratificação do Acordo de Paris às Nações Unidas (procedido internamente por cada país), deixam de ser pretendidas, nos termos do parágrafo 22 da Decisão 1/CP21.

O Brasil determinou a sua contribuição ao combate às mudanças climáticas com o compromisso de reduzir as suas emissões de GEE em 37% até 2025 e 43% até 2030, abaixo dos níveis de emissões de 2005. Ademais, o Brasil sinalizou que cumprirá as suas contribuições independentemente do apoio financeiro internacional, sendo, então, metas não condicionadas. Muitos países em desenvolvimento comunicaram as suas contribuições de redução de emissões vinculando seu cumprimento ao recebimento de recursos financeiros externos. O Brasil, no entanto, mantém-se aberto ao apoio dos países desenvolvidos com vistas a gerar benefícios globais.

A NDC brasileira menciona, ainda, o compromisso de adotar medidas específicas a alguns setores, consistentes com a meta global de temperatura de 2 °C. Dentre estas medidas adicionais, estão as que se conectam com os objetivos do Programa ABC:

- Para o setor florestal e de mudança do uso da terra:
 - Fortalecer o cumprimento do Código Florestal, em âmbitos federal, estadual e municipal;
 - Fortalecer políticas e medidas com vistas a alcançar, na Amazônia brasileira, o desmatamento ilegal zero até 2030 e a compensação das emissões de GEE provenientes da supressão legal da vegetação até 2030;
 - Restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas até 2030, para múltiplos usos;

- Ampliar a escala de sistemas de manejo sustentável de florestas nativas, por meio de sistemas de georreferenciamento e rastreabilidade aplicáveis ao manejo de florestas nativas, com vistas a desestimular práticas ilegais e insustentáveis.
- Para o setor agropecuário:
 - Fortalecer o Plano ABC como a principal estratégia para o desenvolvimento sustentável na agricultura, inclusive por meio da restauração adicional de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas até 2030 e pelo incremento de 5 milhões de hectares de sistemas de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) até 2030.

A NDC brasileira traz metas específicas ainda mais ambiciosas ao setor da agropecuária quando somadas ao já estabelecido no Plano ABC. A Tabela 2 sintetiza os principais pontos de sinergia entre o Plano ABC, a NDC e os subprogramas do Programa ABC – sinalizando, também, o total do compromisso se somadas as metas e o horizonte temporal para cumprimento.

TABELA 2. RELAÇÃO ENTRE COMPROMISSOS ASSUMIDOS E O PROGRAMA ABC

NDC (ATÉ 2030)	PLANO ABC (DE 2010 A 2020)	SUBPROGRAMAS DO PROGRAMA ABC	COMPROMISSO TOTAL
Restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas, para múltiplos usos	Promover as ações de reflorestamento, expandindo a área com florestas plantadas em 3 milhões de hectares	ABC Ambiental ABC Florestas	Os compromissos não são passíveis de somatória, pois a NDC não estabelece, dentro dos 12 milhões de hectares, a parcela destinada à restauração de florestas e a parcela para florestas plantadas
Ampliar a escala de sistemas de manejo sustentável de florestas nativas		ABC Ambiental	
Restauração adicional de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas	Recuperar uma área de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas	ABC Recuperação	Recuperação de 30 milhões de hectares de pastagens degradadas
Incremento de 5 milhões de hectares de sistemas iLPF	Adoção de sistemas iLPF em 4 milhões de hectares	ABC Integração	Adoção de iLPF em 9 milhões de hectares

Fonte: elaboração a partir de dados da NDC brasileira e do Plano ABC

Como mencionado, a NDC brasileira (ratificada pelo Congresso) não é condicionada ao financiamento externo. Ou seja, o seu cumprimento independe do apoio financeiro internacional. As metas traçadas pela NDC deverão, desta maneira, ser financiadas em âmbito nacional, com fontes públicas e privadas.

Do ponto de vista do financiamento público, o Programa ABC possui grande sinergia com as metas estabelecidas internacionalmente e possui potencial para tornar-se uma das principais fontes de financiamento da NDC. Como mencionado, o Programa ABC estima o desembolso de R\$ 157 bilhões via crédito rural até 2020 para financiar as atividades necessárias ao alcance das metas de cada subprograma. No entanto, para que isso ocorra de maneira efetiva e o Programa ABC ganhe

a escala que necessita, ele deve superar obstáculos relevantes em seu funcionamento. Além de melhorias operativas, é estritamente importante avançar em relação à capacitação técnica tanto de produtores rurais, como de projetistas e agentes financeiros.

Em relação à implementação das ações previstas na NDC brasileira, o Ministério do Meio Ambiente do Brasil lançou um documento¹ que contém a estratégia desenhada para o alcance das metas. Este documento passou por consulta pública para coleta de sugestões e críticas da sociedade civil, que devem ser consolidadas para discussão nas câmaras temáticas durante o processo de diálogos estruturados. Vale ressaltar que o Programa ABC é citado como fonte de financiamento para diversas metas, tais como atividades de florestas plantadas, recuperação de pastagens e sistemas integrados de produção. O documento sugere que o Programa ABC seja fortalecido e os seus entraves e desafios sejam superados para que se efetive a sua contribuição.

CAPACITAÇÃO TÉCNICA

O Observatório ABC, por meio de seus estudos publicados, alerta, desde a safra 2010/11, sobre a fragilidade da capacitação técnica a respeito das tecnologias financiadas pelo Programa ABC. Esta fragilidade possui impacto negativo no desembolso do Programa ABC, na medida em que produtores rurais carecem de conhecimento para a elaboração de projetos técnicos exigidos pelo regulamento do Programa ABC.

Em agosto de 2014, após a identificação de gargalos nos processos de desembolsos do Programa ABC, foi assinado um Termo de Cooperação envolvendo o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o BNDES, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a Embrapa, a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e a Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE). Esta parceria gerou uma iniciativa chamada Capacita ABC, visando dar maior celeridade à liberação dos recursos destinados ao Programa ABC.

O programa Capacita ABC busca prover capacitação técnica a projetistas e agentes financeiros em relação às técnicas preconizadas no Plano e no Programa ABC. Os participantes da iniciativa são capacitados para a criação de roteiros de projetos técnicos customizados por tipo de empreendimento apoiável, microrregião e bioma do Brasil.

Cada parceiro da iniciativa possui um papel específico. Ao SENAR cabem a seleção dos multiplicadores, a elaboração do material didático e o desenvolvimento de treinamentos dos projetistas e dos analistas abordando os conteúdos de elaboração de projetos e as técnicas de agricultura de baixo carbono. A Embrapa ficou responsável pelo repasse de conhecimento sobre as tecnologias da agricultura de baixo carbono. A FEBRABAN e a ABDE devem demandar os treinamentos para os seus projetistas e analistas. Ao MAPA couberam o apoio técnico e a divulgação das diretrizes do Plano ABC. E o BNDES ficou responsável por coordenar as ações do Termo de Cooperação. Deste modo, buscou-se padronizar procedimentos entre analistas bancários e projetistas para facilitar o acesso dos produtores à linha de crédito do Programa ABC.

¹ Documento-base para subsidiar os diálogos estruturados sobre a elaboração de uma estratégia de implementação e financiamento da NDC do Brasil ao Acordo de Paris.

No primeiro ciclo da iniciativa, durante o ano de 2015, a meta estabelecida foi a capacitação técnica de 59 analistas financeiros e 43 projetistas e multiplicadores. Foi realizado um total de cinco capacitações, nas cidades de São Paulo, Brasília, Porto Alegre e São Félix do Xingu.

TABELA 3. DADOS DAS CAPACITAÇÕES REALIZADAS PELO PROGRAMA CAPACITA ABC

CIDADE	DATA	PÚBLICO	PARTICIPANTES
Porto Alegre	Maio de 2015	Analistas financeiros	38
Brasília	Maio de 2015	Analistas financeiros	10
São Paulo	Junho de 2015	Analistas financeiros	11
São Paulo	Junho de 2015	Projetistas técnicos	23
São Félix do Xingu	Dezembro de 2015	Projetistas técnicos	20
Total			102

Fonte: elaboração própria a partir de dados do BNDES

Após essa primeira etapa, houve um processo de avaliação dos resultados, e diversos pontos de melhoria foram levantados. Por exemplo, uma das questões levantadas nesse processo foi que os consultores responsáveis por prover as capacitações não possuíam um conhecimento aprofundado da região e das particularidades locais.

A partir dessa avaliação, uma segunda fase do programa foi pensada em meados de 2016. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) começou a fazer parte da cooperação, por meio da Plataforma Agrosustenta para Elaboração de Projetos de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono. No entanto, o ambiente político complicado instaurado no País e sucessivas mudanças estruturais e de executivos fizeram com que o Capacita ABC fosse descontinuado momentaneamente. Já existem novos esforços no BNDES de replanejamento das atividades do Capacita ABC envolvendo a articulação de atores.

O próximo passo é retomar as conversas com os interlocutores das instituições partícipes do acordo, para dar prosseguimento ao processo de elaboração e implantação do novo modelo.

Outra iniciativa que apoia a capacitação técnica para o Programa ABC é o projeto ABC Cerrado. Nele, pretende-se incentivar e difundir a adoção de práticas sustentáveis para a redução das emissões e sensibilizar produtores para que invistam na sua propriedade de forma a ter retorno econômico mantendo o meio ambiente preservado. O SENAR será responsável pela formação profissional dos produtores nas tecnologias e pela assistência técnica e gerencial de propriedades rurais.

Essas e outras atividades que promovam a capacitação técnica em desenvolvimento e a implementação de projetos alinhados aos princípios do Plano ABC são essenciais para a execução e o cumprimento das metas internacionalmente assumidas que auxiliam no combate às mudanças climáticas. O desafio de dar escala ao Programa ABC passa, também, pelo entendimento, por parte dos produtores rurais, que a implementação de projetos de agricultura de baixo carbono gera retornos econômicos, além dos ganhos ambientais. O Observatório ABC, com o intuito de divulgar e promover o Programa ABC, apresenta dois casos de sucesso de projetos de implementação das tecnologias preconizadas no Programa ABC e que utilizaram este instrumento como fonte de recursos.

CASOS DE SUCESSO – PROGRAMA ABC

Para este relatório, o Observatório ABC lançou uma chamada pública de casos de sucesso de implementação de projetos de agricultura de baixo carbono que tenham utilizado o Programa ABC como forma de financiamento. O objetivo desta iniciativa foi dar visibilidade a projetos e seus ganhos ambientais e econômicos para o produtor rural, além de contribuir para a divulgação do Programa. Das respostas recebidas, foram selecionados dois casos, pela disponibilidade de fornecer e publicar as informações requeridas pelo Observatório ABC. São eles:

TABELA 4. CASO DE SUCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETO ABC 1

CASO 1	
Município e estado	Mineiros-GO
Tamanho	780 hectares
Principal atividade produtiva	Pecuária
FINANCIAMENTO PELO PROGRAMA ABC	
Montante contratado	R\$ 205.352,52
Instituição financeira repassadora	Banco do Brasil
Linha de crédito acessada	ABC Integração
Itens financiáveis do projeto	Insumos (calcário e gesso), gradagem e plantio
Prazo e carência da operação	Dez anos e dois anos, respectivamente
Principais motivações para acesso ao Programa ABC	Recuperação de pastagem com plantio de soja
Processo de obtenção do crédito (entraves e desafios encontrados)	Sempre muita lentidão, devido à burocratização – pelo menos três meses de avaliação de projeto e garantias
PROJETO TÉCNICO	
Projeto técnico implementado com recursos do Programa ABC	<u>Características das áreas a serem financiadas:</u>
	A área a ser financiada (+/- quinze anos) vem sendo cultivada com <i>Brachiaria decumbens</i> e/ou <i>brizantha</i> , estando, atualmente, em processo de degradação, apresentando sintomas de deficiências nutricionais, altas infestações de ervas daninhas de folhas largas e presença de cupinzeiros.
	Nos últimos anos, estas áreas estão sendo exploradas no sistema de pastejo contínuo, não passando por reformas durante esse período e recebendo apenas manutenção por meio de roçadas anuais ou esporádicas.
	A constatação desses fatos é demonstrada por meio de visualização <i>in loco</i> , bem como por meio dos resultados das amostras de solos.
	Essa área será incorporada ao sistema produtivo, por meio da recuperação de sua fertilidade e da conservação do solo e da água para obtenção de altas produtividades no cultivo de culturas anuais e rotação com pastagens.
	O total da área a ser financiada é de 100,00 hectares, sendo esta área representada pelas amostras de solos: n° 14.638 = A-01 (baixo: 00-20); n° 14.639 = A-02 (baixo: 20-40); n° 14.640 = A-03 (alto: 00-20); e n° 14.641 = A-04 (alto: 20-40).



CASO 1	
RESULTADOS	
Ganhos econômicos gerados com a implantação do projeto	<p>No caso da integração, o produtor está no segundo ano de atividade, e a sua produtividade de sacas de soja no primeiro ano atingiu 44 sacas/hectare e, no segundo ano, 55 sacas/hectare, com recuperação de pastagens e ganho de área de pastagens no período seco.</p> <p>Além do ganho de produtividade, houve ganho com a manutenção de peso dos animais criados de forma extensiva. Este ganho serve como reserva para os animais que são manejados no sistema rotacionado da mesma fazenda, com ganho médio de 900 a 1.100 gramas/dia/cabeça, alavancando em pelo menos 25% o aproveitamento de área e produção de arrobas nessas áreas.</p>

Fonte: informações enviadas pelo produtor rural como resposta à chamada de casos

TABELA 5. CASO DE SUCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETO ABC 2

CASO 2	
Município e estado	Xapuri-AC
Tamanho	200,56 hectares
Principal atividade produtiva	Pecuária de corte
FINANCIAMENTO PELO PROGRAMA ABC	
Montante contratado	R\$ 138.000,00
Instituição financeira repassadora	Banco do Brasil
Linha de crédito acessada	Recuperação de pastagens degradadas
Itens financiáveis do projeto	Reforma de pastagem e cerca
Prazo e carência da operação	Prazo total de dois anos
Principais motivações para acesso ao Programa ABC	Resultado positivo de implantação de Unidade Demonstrativa de boas práticas com apoio da Iniciativa Água Brasil, visando expandir para o restante da propriedade
Processo de obtenção do crédito (entraves e desafios encontrados)	Demora excessiva
PROJETO TÉCNICO	
Projeto técnico implementado com recursos do Programa ABC	Reforma e consorciação de pastagem e implantação de pastejo rotacionado com base na capacidade de suporte da área.
RESULTADOS	
Ganhos econômicos gerados com a implantação do projeto	A produtividade subiu de 1,2 UA/hectare para 3,0 UA/hectare em dois anos. O produtor promoveu a proteção e a restauração das APPs, deixando a propriedade em conformidade com o Código Florestal.

Fonte: informações enviadas pelo produtor rural como resposta à chamada de casos



Em ambos casos, é possível destacar dificuldades no processo de obtenção de crédito do Programa ABC relacionadas com o tempo incorrido para conseguir o recurso requerido. Entraves como excessiva burocracia e elevado tempo para análise de projetos são já conhecidos pelos interessados no Programa ABC. Certamente, este é um entrave que deve ser priorizado pelos agentes operacionalizadores da linha. O BNDES está atuando nesse sentido, e as ações desenvolvidas por esta instituição nesse âmbito serão melhor detalhadas no capítulo seguinte.

Vale ressaltar, também, os ganhos econômicos obtidos devido à implementação dos projetos ABC. Ambos os casos mencionam ganhos de produtividade da área em que se implementou o projeto. Os benefícios econômicos em decorrência da implementação de projetos de agricultura de baixo carbono poderiam ser amplamente divulgados pelo agentes que operacionalizam a linha de crédito, sinalizando ao tomador de crédito benefícios além dos ambientais.

Esses dois casos são apenas exemplos de projetos financiados com o Programa ABC. Sabe-se que há vários componentes em um projeto técnico. No entanto, no momento de enquadramento dos projetos ao Programa ABC, as instituições financeiras devem contar com procedimentos que garantam o objetivo ambiental do Programa, a mitigação das emissões de GEE. Por outro lado, o governo federal deve trabalhar no monitoramento dos resultados da linha, tanto ambientais, quanto financeiros. Até o momento, não há nenhuma publicação oficial pública com estes resultados, que são essenciais para a análise da efetividade do Programa ABC e devem servir como insumo para a sua revisão contínua.

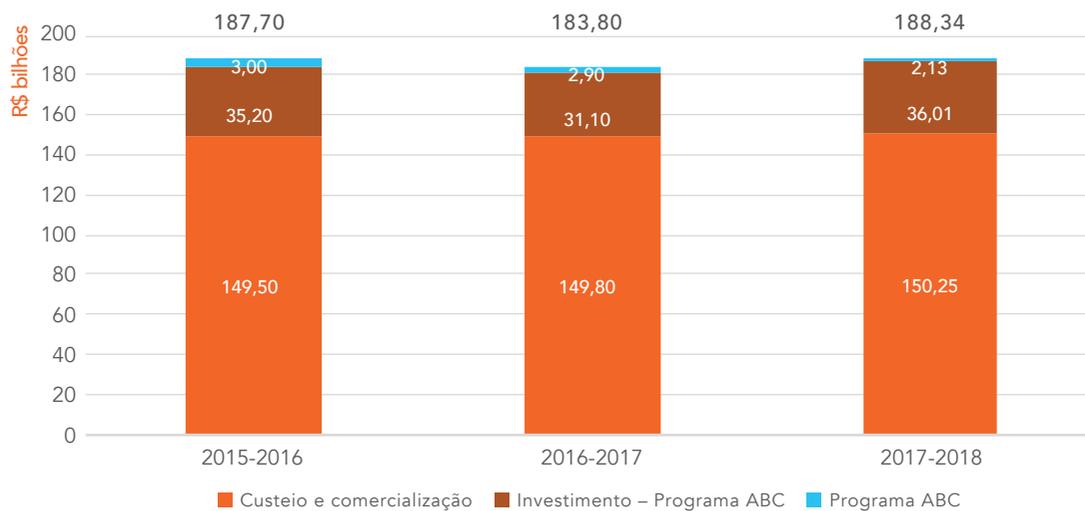
O capítulo seguinte apresenta os resultados de contratação e desembolso do Programa ABC, por meio da análise da base de dados Sico. Este relatório traz o enfoque sobre os resultados do fechamento da safra 2016/17, ocorrido em 30 de junho de 2017, e complementa as análises realizadas por relatórios anteriores do Observatório ABC.

FECHAMENTO DA SAFRA 2016/17

O período de vigência da safra 2016/17 vai de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017. Os dados apresentados neste relatório são referentes a esse período e à sua comparação com safras passadas.

O Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2016-2017 destinou R\$ 183,8 bilhões para serem tomados pelos produtores rurais em forma de crédito rural, sendo R\$ 149,8 bilhões para operações de custeio e comercialização com juros controlados e livres e R\$ 34,0 bilhões para programas de investimentos. Em comparação com o disponibilizado no período anterior (2015-2016), houve uma diminuição de cerca de 2,5% no valor previsto, sendo que o montante disponibilizado na safra 2015/16 foi de R\$ 187,7 bilhões (R\$ 149,5 para custeio e comercialização e R\$ 38,2 bilhões para investimentos) (Figura 1).

FIGURA 1. MONTANTES DISPONIBILIZADOS PARA CRÉDITO RURAL PELOS PAPs 2015-2016, 2016-2017 E 2017-2018



Fontes: elaboração própria a partir de dados dos PAPs em questão

Em relação às linhas de investimento, a redução foi de 11%, refletindo a expectativa de queda na demanda por este tipo de financiamento e o ajuste da política macroeconômica brasileira.

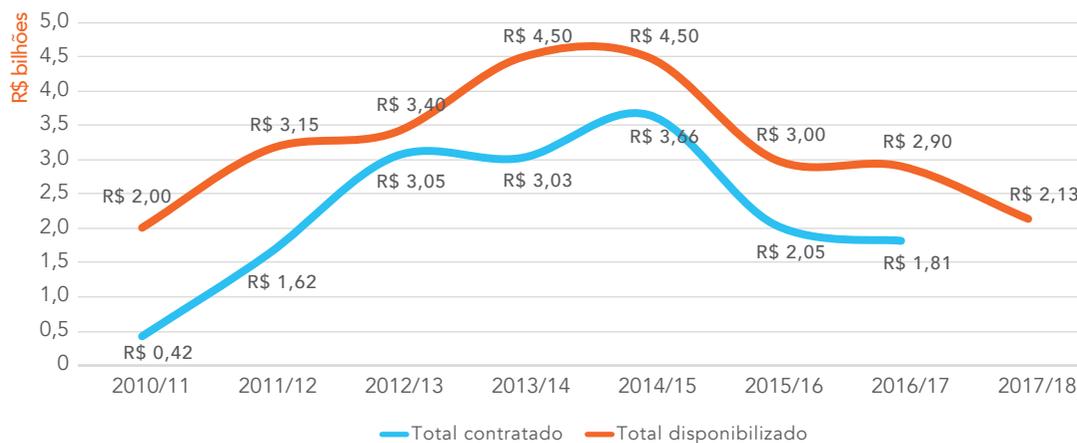
Do montante provisionado para linhas de investimento na safra 2016/17, foi prevista a aplicação de R\$ 2,9 bilhões para o Programa ABC, em comparação a R\$ 3,0 bilhões na safra anterior. Para a safra 2017/18, o governo federal anunciou a redução do montante do Programa ABC no PAP 2017-2018, disponibilizando ao Programa um total de R\$ 2,13 bilhões (redução de 26,5% em relação à safra 2016/17). Esta redução reflete as limitações ditadas pelas políticas fiscal e monetária de controle das finanças públicas e o baixo apetite dos produtores rurais em tomar o financiamento, em razão das condições oferecidas.

Os períodos de 2013/14 e 2014/15 foram os anos em que o governo federal mais disponibilizou recursos para o Programa ABC (um total de R\$ 9,0 bilhões, sendo R\$ 4,5 bilhões para cada ano), demonstrando seu comprometimento com o fomento da agricultura de baixa emissão de carbono no Brasil, mesmo que a demanda pelo recurso não atingisse 100%.

Além da redução do valor ofertado, é relevante notar que o montante previsto para o Programa ABC representa 8,53% do total destinado às linhas voltadas a investimentos e 1,58% do PAP 2016-2017 como um todo. As taxas de juros determinadas para a safra 2016/17 foram de 8,5% ao ano ou 8,0% ao ano, no caso de médios produtores rurais. Estes valores são as taxas mais elevadas da história do Programa ABC, o que desincentivou o acesso dos produtores rurais ao crédito. O prazo de pagamento permaneceu em até quinze anos dependendo da finalidade de investimento contratada; o período de carência concedido foi de três a oito anos.

O total contratado do Programa ABC pelos produtores rurais em 2016/17 em relação ao total disponibilizado para o Programa ABC no PAP foi de 63%, tendo sido contratado pelo setor agropecuário um total de R\$ 1,81 bilhão. Este montante representou menos de 1% do crédito rural no PAP 2016-2017. Este resultado é menor do que o contratado na safra 2015/16, que foi de R\$ 2,05 bilhões (68% do total disponibilizado) (Figura 2). Na safra 2012/13, o Programa ABC chegou a atingir um resultado de execução de 90%, o melhor resultado desde o seu lançamento. O total contratado no Programa ABC nunca atingiu o montante disponibilizado pelo Governo no PAP.

FIGURA 2. VALOR TOTAL CONTRATADO VERSUS VALOR TOTAL DISPONIBILIZADO DESDE A SAFRA 2010/11 ATÉ A SAFRA 2017/18 PARA O PROGRAMA ABC



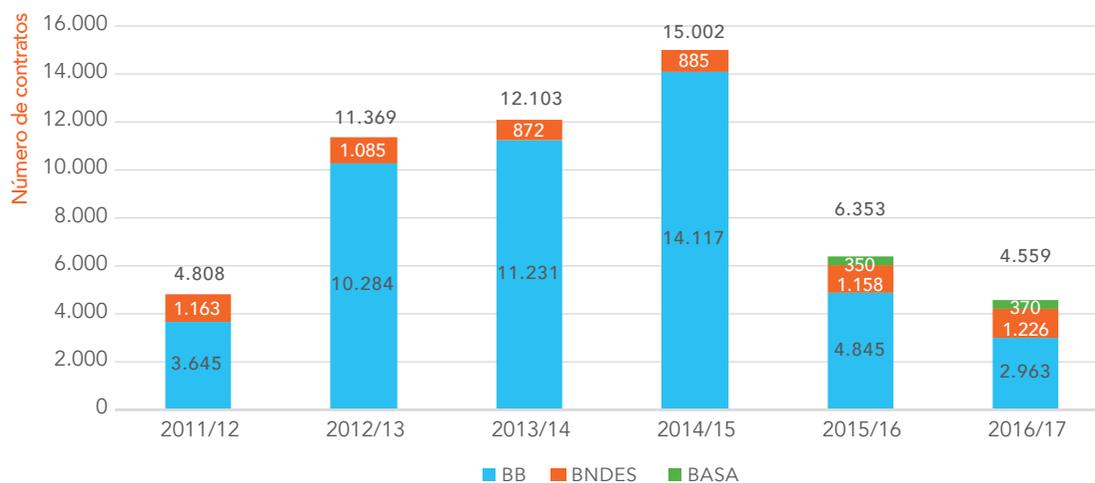
Fontes: elaboração própria a partir de dados do BB, do BNDES e do Sicor

Desde a safra 2010/11 até a safra 2016/17, o Programa ABC desembolsou um total de R\$ 15,64 bilhões, para um total disponibilizado de R\$ 23,45 bilhões no mesmo período (execução de 66,7%). Esse valor está muito aquém do previsto inicialmente no Plano ABC: a aplicação de R\$ 157 bilhões via crédito rural até 2020. Restando três anos para a finalização do Plano ABC, o Programa ABC dificilmente atingirá o montante inicial previsto.

Tal situação indica que o Programa ABC vem perdendo força ao longo do tempo, tanto do ponto de vista do acesso dos produtores rurais, quanto do ponto de vista da motivação do governo federal em estimulá-lo. Faz-se necessário superar mais rapidamente os obstáculos burocráticos e estruturais que impedem que o recurso seja acessado em sua totalidade. Apenas desse modo o Programa ABC terá o potencial de contribuição esperado quanto ao financiamento de uma agricultura de baixa emissão de carbono e quanto ao atingimento das metas climáticas assumidas pelo Brasil.

O número de contratos aprovados durante a safra 2016/17 foi de 4.559, com uma queda de aproximadamente 28% em relação à safra anterior, que teve 6.353 operações contratadas (Figura 3). No entanto, o valor médio contratado por operação aumentou. Este valor foi de R\$ 398.102 por contrato, em 2016/17, contra um valor de R\$ 323.191, na safra anterior, e de R\$ 243.909, em 2014/15. Esse fato indica que menos produtores rurais conseguiram o acesso aos recursos e, também, que os projetos financiados têm aumentado de valor, ou que a inclusão de itens de custeio (como o caso da compra de matrizes) tem afetado o *ticket* médio dos contratos.

FIGURA 3. NÚMERO DE CONTRATOS PARA O PROGRAMA ABC DA SAFRA 2011/12 ATÉ A SAFRA 2016/17 POR AGENTE REPASSADOR



Fontes: elaboração própria a partir de dados do BB, do BNDES e do Sicor

O montante total contratado para a safra 2016/17 foi de R\$ 1,81 bilhão, sendo R\$ 814,77 milhões desembolsados via BB (44,9%), R\$ 816,19 milhões via BNDES (45,0%) e R\$ 183,99 milhões por meio do Banco da Amazônia – BASA (10,1%) (Figura 4). Nesta safra, os valores contratados via os bancos credenciados ao BNDES superaram o valor repassado diretamente pelo Banco do Brasil em R\$ 1,41 milhão. É a primeira vez que esta situação ocorre, já que, até a safra 2015/16, o Banco do Brasil era o principal agente repassador direto do Programa ABC. Em safras anteriores, o BB chegou a repassar mais de 90% dos recursos do Programa ABC, mas, na safra 2016/17, os repasses diretos deste banco foram substancialmente menores.

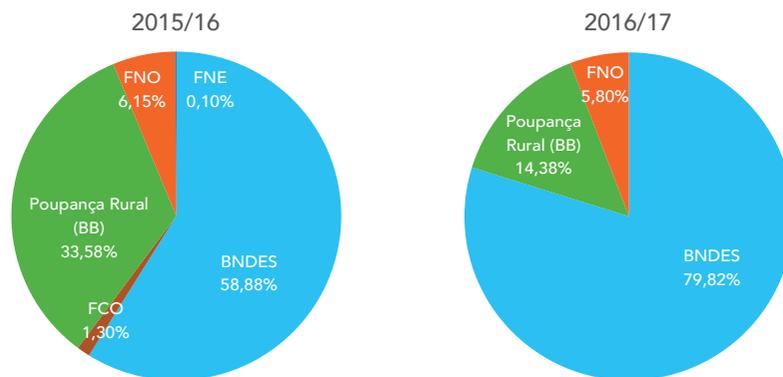
FIGURA 4. VALOR CONTRATADO PARA O PROGRAMA ABC DESDE A SAFRA 2011/12 ATÉ A SAFRA 2016/17 POR AGENTE REPASSADOR



Fontes: elaboração própria a partir de dados do BB, do BNDES e do Sicor

A Figura 5, a seguir, apresenta a participação das fontes de recursos no total contratado do Programa ABC. Nota-se o avanço da fonte de recursos do BNDES de 58,88%, em 2015/16, para 79,82%, em 2016/17. Este avanço deu-se, principalmente, sobre a utilização da Poupança Rural do BB, que retrocedeu de 33,58%, em 2015/16, para 14,38%, em 2016/17, como resultado da conjuntura econômica desfavorável. Ademais, vale notar que, na safra 2016/17, não houve operações reportadas no Sicor oriundas do FCO especificamente para o Programa ABC.

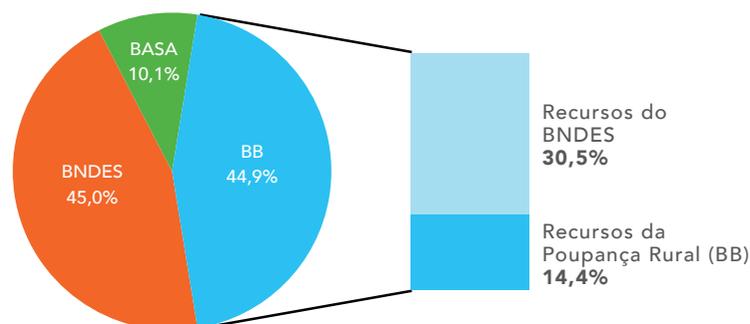
FIGURA 5. PARTICIPAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS NO TOTAL CONTRATADO PARA O PROGRAMA ABC NAS SAFRAS 2015/16 E 2016/17



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Sicor

Vale ressaltar que, apesar de o BNDES ter aumentado consideravelmente a sua participação no desembolso do Programa ABC, o BB continua sendo um importante agente repassador da linha. A diferença, na safra 2016/17, é que o BB atuou como repassador de recursos do BNDES, ou seja, utilizando a fonte de recursos do BNDES como fonte principal para o desembolso. Na safra 2016/17, o BB repassou 44,9% do total contratado no Programa ABC, tendo 30,5% como fonte de recursos o BNDES e 14,4% a Poupança Rural (do BB) (Figura 6).

FIGURA 6. PARTICIPAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS NO TOTAL CONTRATADO PARA O PROGRAMA ABC POR AGENTE REPASSADOR NA SAFRA 2016/17

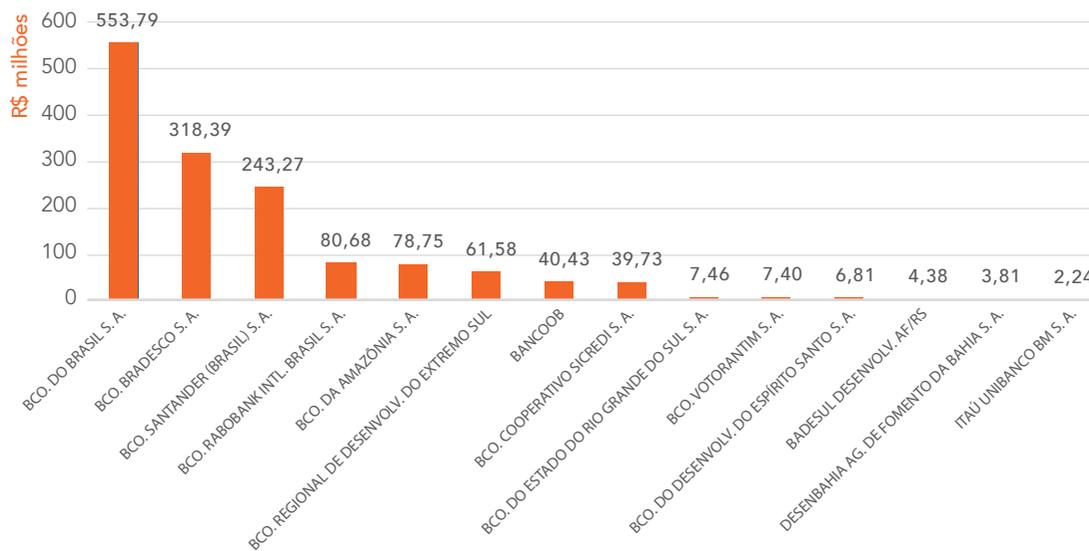


Fonte: elaboração própria a partir de dados do Sicor

BNDES PASSA A SER O PRINCIPAL AGENTE REPASSADOR DE RECURSOS DO PROGRAMA ABC

O BNDES desembolsa recursos do Programa ABC por meio de operações indiretas, ou seja, trabalha com os demais bancos credenciados (públicos e privados). O principal agente repassador de recursos do BNDES na safra 2016/17 foi o BB, com R\$ 553,79 milhões contratados. Os bancos Bradesco e Santander também se destacaram entre os principais repassadores privados. O banco Santander, que ficou em terceiro lugar, merece especial destaque, tendo ampliado o seu financiamento em cerca de 160%, passando de R\$ 93,7 milhões, em 2015/16, para R\$ 243,27 milhões, em 2016/17, ficando atrás do banco Bradesco, que contratou R\$ 318,39 milhões (Figura 7).

FIGURA 7. VALOR CONTRATADO PARA O PROGRAMA ABC VIA BNDES POR AGENTE REPASSADOR NA SAFRA 2016/17 (R\$ 1,44 BILHÃO)



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Sicor

O BNDES alcançou o topo da contratação do Programa ABC devido a uma série de ações tomadas para melhorar aspectos ligados à operacionalização da linha. Estas ações atacaram os principais entraves e gargalos nos processos de aprovação das operações, tais como o tempo médio de análise e tramitação interna no BNDES de cada contrato e o monitoramento dos recursos.

De acordo com o Banco, a gestão do crédito rural como um todo passou para a área de Operações Indiretas, que incorporou a antiga área responsável pelo Programa ABC, chamada AGRIS. Tal mudança foi realizada em prol de sinergias entre as áreas de agropecuária e empresarial, havendo uma revisão geral da estrutura de todos os programas.

No BNDES, o Programa ABC passou a rodar em novo sistema, a Plataforma PGA, que conferiu maior automatização dos fluxos e mais celeridade ao processo. Em associação a estas melhorias processuais, o Programa ABC beneficiou-se da criação de um aplicativo pelo BNDES dedicado ao setor agrícola. A implantação das seguintes ações levou a resultados que aumentaram a contratação do BNDES no Programa ABC, tais como:

- Mais aproximação e engajamento com agentes repassadoros, em especial o BB;
- Maior esforço do Banco na capacitação técnica de instituições financeiras parceiras sobre o processo de crédito do Programa, por meio do programa Capacita ABC;
- Maior participação do Banco em feiras e eventos, divulgando o Programa ABC;
- Desenvolvimento de nova plataforma de gestão e migração completa das operações indiretas, conferindo maior celeridade à avaliação das operações do Programa ABC;

- Melhorias no processo interno do BNDES que levaram a maior celeridade na análise das operações de crédito.

Ademais, o BNDES lançou uma nova ferramenta que também auxiliará o Programa ABC. Trata-se do Canal Desenvolvedor, um portal que propicia a conexão entre potenciais clientes e o BNDES diretamente. Neste portal, qualquer produtor interessado em acessar o Programa ABC pode fazer um cadastro e, assim, diversas instituições financeiras podem entrar em contato com ele, aumentando a competitividade entre os bancos e melhorando o atendimento ao produtor.

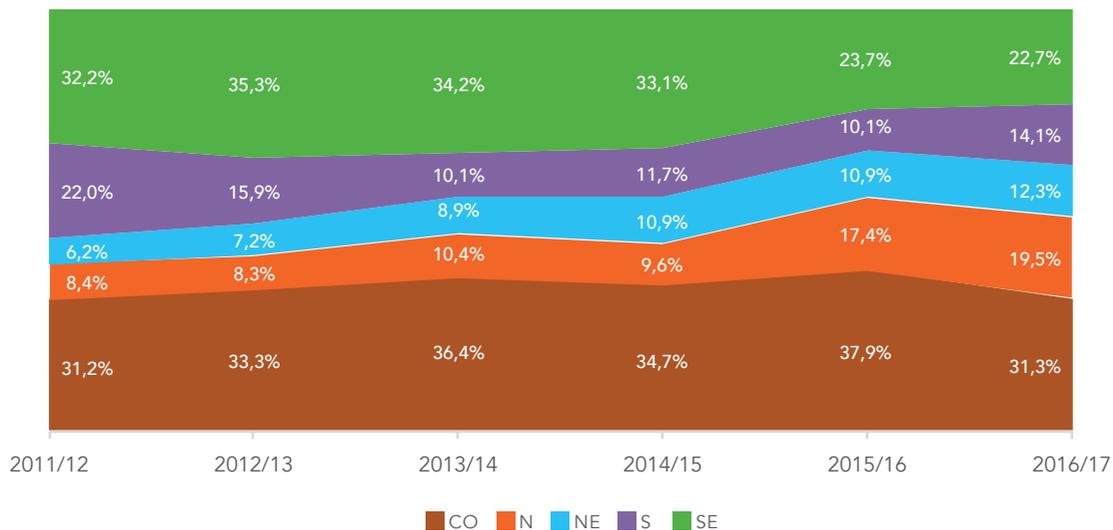
Essa ferramenta foi desenvolvida após testes de conceito com a FEBRABAN e a ABDE e possui um compromisso com a transparência das informações. É uma oportunidade para que as instituições financeiras identifiquem novos clientes, além de propiciar uma visão mais clara da demanda em cada região do País e da capilaridade do Programa ABC.

A mudança de cenário em face das fontes de recursos utilizadas para o Programa ABC mostra um reflexo da queda na captação de recursos para a Poupança Rural do BB, resultado da conjuntura econômica brasileira atual. Esse fator incentiva o BB a trabalhar via operações indiretas com o BNDES, utilizando-o como fonte predominante de recursos. Além disso, indica que os entraves burocráticos e processuais da contratação de operações com o BNDES foram superados e/ou amenizados.

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS RECURSOS DO PROGRAMA ABC

Com relação à distribuição regional dos recursos contratados na safra 2016/17, assim como nas safras anteriores, novamente as regiões Centro-Oeste e Sudeste foram as que mais captaram os recursos do Programa ABC, com 31,3% e 22,7% do total contratado, respectivamente. No entanto, estas duas regiões perderam participação em comparação com a da safra anterior, enquanto as demais regiões ganharam ligeira participação. Tal fato indica que é provável que os produtores dessas regiões já tenham atingido a sua capacidade de endividamento via Programa ABC – produtores que já tomaram o crédito do Programa ABC em safras anteriores dificilmente tomarão outro para a mesma área no curto prazo. A região Nordeste foi a que menos captou, com 12,3% do total. As regiões Norte e Sul contrataram, respectivamente, 19,5% e 14,1% do total dos recursos (Figura 8).

FIGURA 8. PARTICIPAÇÃO NO VALOR CONTRATADO PARA O PROGRAMA ABC POR REGIÃO DESDE A SAFRA 2011/12 ATÉ A SAFRA 2016/17

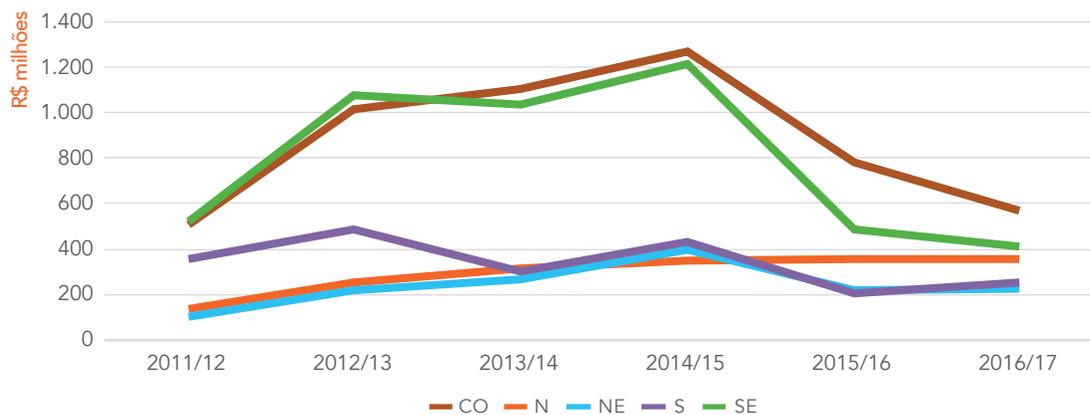


Fontes: elaboração própria a partir de dados do BB, do BNDES e do Sicor

A região Norte é a que mais tem ganhado participação na contratação do Programa ABC, de 9,6%, em 2014/15, para 17,4%, em 2015/16, e, finalmente, 19,5%, em 2016/17. Este resultado na região Norte é fruto de um processo de divulgação e capacitação das técnicas previstas no Programa ABC com produtores rurais da região, incluindo a presença do BNDES.

No entanto, os números ainda mostram a concentração dos recursos do Programa ABC nas regiões Centro-Oeste e Sudeste (Figura 9), como nas safras anteriores, em função da presença de uma rede de assistência técnica mais ramificada e atuante nestas duas regiões e, por consequência, maiores interesse e demanda pelos recursos.

FIGURA 9. VALOR TOTAL CONTRATADO PARA O PROGRAMA ABC DESDE A SAFRA 2011/12 ATÉ A SAFRA 2016/17 POR REGIÃO



Fontes: elaboração própria a partir de dados do BB, do BNDES e do Sicor

Sob a perspectiva estadual, o estado de Goiás saiu na frente na contratação dos recursos destinados ao Programa ABC, pelo segundo ano consecutivo. Goiás desembolsou, na safra 2016/17, R\$ 288 milhões, seguido por Minas Gerais, com R\$ 224 milhões. O estado do Tocantins também se destacou, com R\$ 176 milhões, ocupando o terceiro lugar (Figura 10).

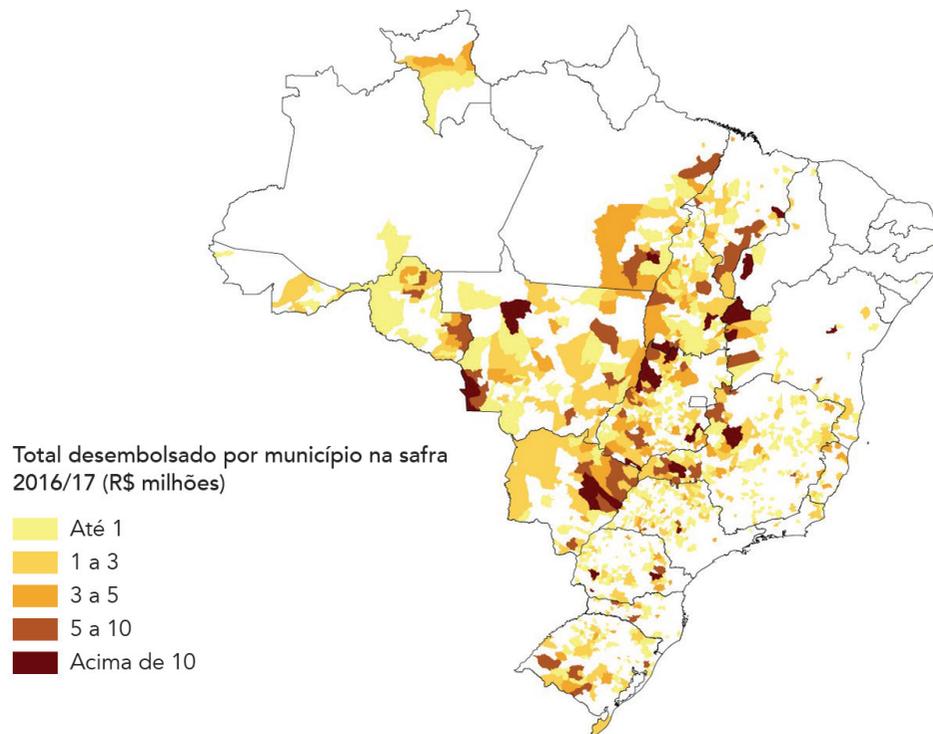
FIGURA 10. VALOR CONTRATADO PARA O PROGRAMA ABC POR ESTADO PARA A SAFRA 2016/17 (R\$ 1,81 BILHÃO)



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Sicor

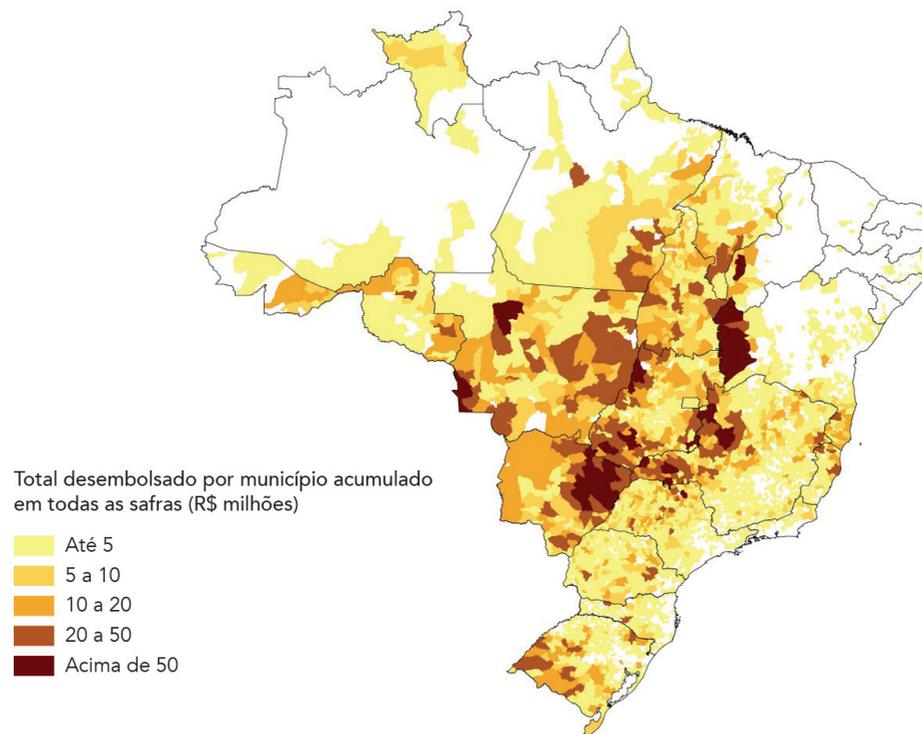
As Figuras 11 e 12 apresentam a distribuição espacial dos recursos contratados do Programa ABC por município para a safra 2016/17 e para o acumulado do período de 2011/12 até 2016/17, respectivamente.

FIGURA 11. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS RECURSOS DO PROGRAMA ABC PARA A SAFRA 2016/17



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Sicor

FIGURA 12. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS RECURSOS DO PROGRAMA ABC PARA O TOTAL ACUMULADO CONTRATADO DESDE A SAFRA 2011/12 ATÉ A SAFRA 2016/17



Fontes: elaboração própria a partir de dados do BB, do BNDES e do Sicor

É possível observar a concentração dos recursos nas regiões Centro-Oeste e Sudeste do Brasil em ambos os mapas, porém nota-se que, na safra 2016/17, houve um avanço maior na região do MATOPIBA², especialmente no estado do Tocantins, que tem grande participação no total contratado (em terceiro lugar). No estado de Goiás (que foi o que mais contratou recursos), nota-se uma grande concentração em poucos municípios, indicando que a tomada de recursos não é muito pulverizada nesta localidade.

A distribuição dos recursos de acordo com áreas prioritárias, tanto em termos econômicos, como de mitigação de GEE, é ainda uma estratégia que deve ser considerada pelos formuladores de políticas públicas e por instituições financeiras desembolsadoras do recurso. Essa ação é de especial importância para ganhos de eficiência e eficácia do Programa, características estas que, até o momento, não são sistematicamente monitoradas.

A Tabela 6 mostra o *ranking* dos dez municípios brasileiros que mais desembolsaram recursos do Programa ABC, e nota-se que, apesar de o estado de Goiás ser o primeiro do *ranking*, há apenas três municípios deste estado dentre os dez maiores.

² Compreende o bioma Cerrado dos seguintes estados: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (Fonte: Embrapa).

TABELA 6. RANKING DOS DEZ MUNICÍPIOS QUE MAIS DESEMBOLSARAM RECURSOS DO PROGRAMA ABC NA SAFRA 2015/16

PROGRAMA ABC: SAFRA 2016/17		
ESTADO	MUNICÍPIO	VALOR CONTRATADO (R\$)
PA	REDENÇÃO	47.032.669,23
PI	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	26.648.304,30
GO	NOVA CRIXÁS	22.180.781,47
BA	LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	18.568.320,05
GO	PORANGATU	16.845.310,00
BA	FORMOSA DO RIO PRETO	14.949.637,00
GO	ITAJÁ	14.729.315,20
TO	ARAGUAÇU	14.013.261,94
TO	ALMAS	13.901.256,52
TO	CRIXÁS	13.100.000,00

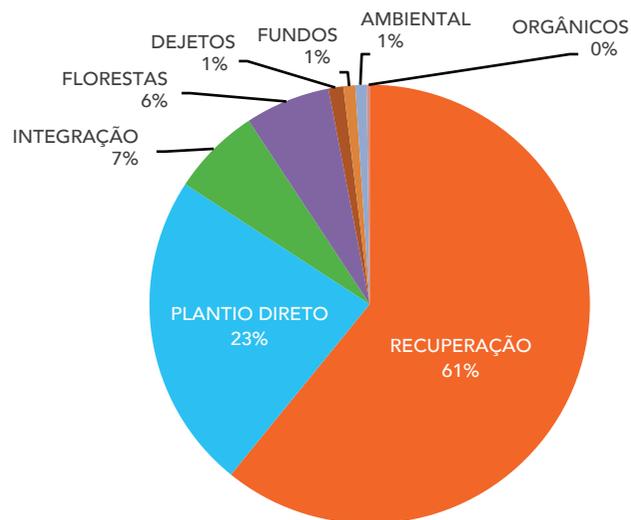
Fonte: Sicor

O município que mais contratou o Programa ABC foi Redenção, com cerca de R\$ 47 milhões, localizado no estado do Pará – executando um montante 76% superior ao segundo colocado. Em segundo lugar, encontra-se Baixa Grande do Ribeiro (no Piauí), com cerca de R\$ 26 milhões, e, em terceiro, está Nova Crixás (em Goiás), com cerca de R\$ 22 milhões contratados. Este último município foi a localidade que mais desembolsou na safra anterior, perdendo duas colocações na safra 2016/17.

ANÁLISE POR FINALIDADE DE INVESTIMENTO

Na safra 2016/17, o Programa ABC destinou 61% dos recursos contratados para a recuperação de pastagens (ABC Recuperação), com R\$ 1,104 bilhão contratados. Em segundo lugar, com 23% do total e R\$ 423 milhões contratados, está o destino dos recursos para atividades de plantio direto, tecnologia já bastante consolidada no Brasil. As atividades de sistemas integrados de produção (iLPF) e florestas plantadas contaram com 7% e 6% do total contratado, respectivamente. As demais finalidades de investimento tiveram pequena participação no Programa ABC (Figura 13).

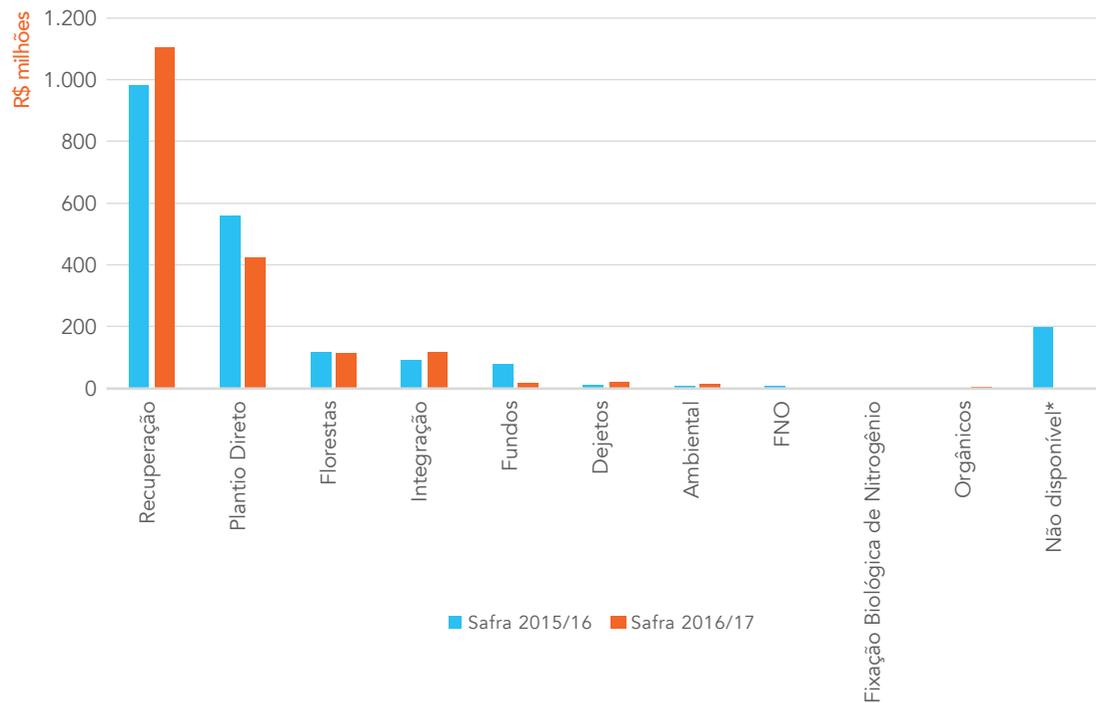
FIGURA 13. VALOR TOTAL CONTRATADO PARA O PROGRAMA ABC POR FINALIDADE DE INVESTIMENTO PARA A SAFRA 2016/17



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Sicor

Essa distribuição por finalidade de investimento está alinhada à safra anterior, como ilustra a Figura 14. Infelizmente, a comparação com a safra passada é prejudicada porque há montantes na safra 2015/16 não classificados por finalidade de investimento (valor "não disponível" apresentado no gráfico a seguir).

FIGURA 14. VALOR TOTAL CONTRATADO PARA O PROGRAMA ABC POR FINALIDADE DE INVESTIMENTO PARA AS SAFRAS 2015/16 E 2016/17



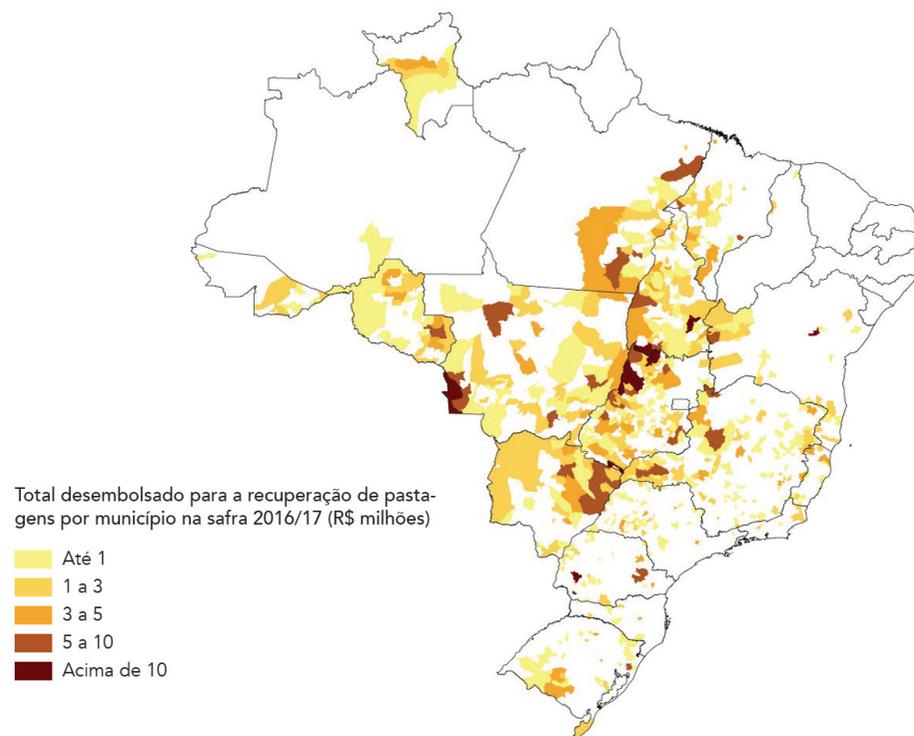
* Montante contratado sem especificação de finalidade de investimento, de acordo com o Sicor
 Fonte: elaboração própria a partir de dados do Sicor

Destaca-se a baixa execução da linha Ambiental do Programa ABC, com apenas R\$ 15 milhões contratados na safra 2016/17 ou 1% do total contratado. A linha ABC Ambiental tem por objetivo financiar a regularização ambiental das propriedades rurais de acordo com o previsto no Código Florestal, ou seja, a restauração florestal das APPs e das RLs. Trata-se da principal linha de crédito destinada especificamente ao financiamento da regularização ambiental no campo, tendo o potencial de contribuir significativamente para o financiamento da NDC brasileira. Ademais, esta linha contribui com a aplicação do novo Código Florestal, que permite que os produtores rurais explorem economicamente (com cultivos de caráter permanente) parte da RL das propriedades rurais. Nesse sentido, por meio do ABC Ambiental pode-se estimular a produção de açaí, dendê e cacau, conforme determinado no PAP 2016-2017.

É possível, ainda, notar que são reportadas no Programa ABC, via Sicor, operações destinadas ao financiamento da produção de orgânicos, mesmo sendo esta uma finalidade de investimento não contemplada no Plano ABC. A produção orgânica é ambientalmente mais amigável do que a convencional, já que não utiliza agrotóxicos, adubos químicos ou substâncias sintéticas que agredam o meio ambiente. Porém, ainda não está testado e comprovado cientificamente o seu potencial de mitigação de GEE, razão pela qual tal produção não está contemplada no Plano ABC. O alinhamento completo das finalidades de investimento do Programa ABC ao determinado pelo Plano ABC é importante para o correto monitoramento da política pública e a avaliação de sua efetividade.

Já que a atividade de recuperação de áreas degradadas é a atividade mais financiada pelo Programa ABC, a Figura 15 ilustra a distribuição espacial desse recurso por município para a safra 2016/17.

FIGURA 15. VALOR TOTAL CONTRATADO PARA O PROGRAMA ABC PARA A RECUPERAÇÃO DE PASTAGENS NA SAFRA 2016/17



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Sicor

Nota-se, outra vez, a concentração dos recursos nas regiões Centro-Oeste e Sudeste no Brasil, indicando a relevância da intensificação da pecuária nestas regiões.

CONCLUSÃO

O Programa ABC vem perdendo força, tanto do ponto de vista do total disponibilizado pelo governo federal por meio dos PAPs, quanto do ponto de vista do total efetivamente contratado pelos produtores rurais no campo. Foi desembolsado, na safra 2016/17, um total de R\$ 1,81 bilhão *versus* R\$ 2,9 bilhões disponibilizados pelo governo federal para o período.

Com a entrada em vigor do Acordo de Paris, o Brasil possui metas de redução de emissões de GEE na atmosfera que devem ser cumpridas em prol de manter a temperatura média global abaixo dos 2 °C, como recomendado pela comunidade científica. O setor agropecuário representa grande parcela destas metas, e o Programa ABC é o principal instrumento para o seu financiamento.

Para que o Programa ABC contribua para o atingimento das metas em seu potencial máximo, é necessário superar os desafios e as questões que tornam a sua operação burocrática e complexa. O Brasil possui um instrumento financeiro inovador como o Programa ABC, com potencial de promover mudanças estruturais nos processos produtivos rurais, tornando-os de baixa emissão de carbono; entretanto, resta adequar os seus componentes operacionais para que ele atinja a escala e a efetividade necessárias. É fundamental, também, avançar na instalação e na implementação de mecanismos de Monitoramento, Relato e Verificação (MRV), para que os benefícios de redução de emissões de GEE sejam adequadamente registrados.



BIBLIOGRAFIA

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **MATOPIBA**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/matopiba.html>.

GVCES. **Como avançar no financiamento da economia de baixo carbono**: Análise dos entraves e oportunidades na alocação de recursos financeiros para o setor de agropecuária. Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP; Embaixada Britânica, 2011.

IBGE/SIDRA. **Banco de dados agregados**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/default.asp?z=t&o=1&i=P>. Acesso em: 14 jul 2016.

MAPA. **Plano Agrícola e Pecuário 2016-2017**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2016.

OBSERVATÓRIO ABC. **Agricultura de Baixa Emissão de Carbono** – A Evolução de um novo paradigma. GV Agro; CLUA, 2013.





www.observatorioabc.com.br